

RDBCIRevista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação
Digital Journal of Library and Information Science

Inovação, trabalho remoto e bibliotecas educativas públicas: caminhos para a transformação digital no mundo do trabalho pós-pandemia

Jobson Louis Almeida Brandão¹ ^{ID} Valmira Perucchi² ^{ID}
Gustavo Henrique de Araújo Freire³ ^{ID}

RESUMO

Introdução: O desenvolvimento de políticas públicas mais assertivas em bibliotecas, de acordo com as dinâmicas de teletrabalho que estão a se constituir, é um debate imprescindível ao campo da Ciência da Informação. **Objetivo:** O presente artigo discute a evolução das bibliotecas educativas públicas em espaços de trabalho remoto, para servir a uma comunidade de profissionais que trabalham e se comunicam em rede. **Metodologia:** Metodologicamente, a pesquisa é de nível exploratório, abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, a partir dos dados de uma pesquisa de doutorado que utiliza o método Ciência-Ação. **Resultados:** Os resultados destacam a possibilidade de inovação por meio do trabalho remoto no serviço público federal, sobretudo com o advento do Decreto 11.072, de 17 de maio de 2022; a oportunidade de inovar no setor público com um serviço promissor desempenhado pelas bibliotecas educativas públicas em institutos federais; e a indissociabilidade entre agendas de trabalho e de pesquisa, tanto quanto entre o desenvolvimento social e a transformação digital. **Conclusão:** Conclui-se que os caminhos para a transformação digital no mundo do trabalho podem se tornar ainda mais produtivos, inovadores, rentáveis e sustentáveis, quando se busca o investimento contínuo e adequado em infraestrutura de bibliotecas que cumprem função educativa e são de natureza pública; e em políticas que assegurem a atuação do bibliotecário como agente de inovação em institutos federais.

Correspondência do autor

¹Instituto Federal da Paraíba
João pessoa, PB - Brasil
e-mail: jobsonlouis@gmail.com

²Instituto Federal da Paraíba
João pessoa, PB - Brasil
e-mail: vperucchi2@yahoo.com.br

³Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ - Brasil
e-mail: ghafreire@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Bibliotecas educativas públicas; Inovação; Teletrabalho; Trabalho; Transformação digital.

Innovation, telecommuting and public educational libraries: ways to digital transformation in the post-pandemic world of work

ABSTRACT

Introduction: The development of more assertive public policies in libraries, in accordance with the dynamics of telecommuting that are being created, is an essential debate in the field of Information Science.

Objective: This article discusses the evolution of public educational libraries in telecommuting to serve a community of professionals who work and communicate in a network. **Methodology:** Methodologically, the research has an exploratory level, a qualitative approach, developed through bibliographical research and elaborated from the data of a doctoral research that uses the action science method. **Results:** The results highlight the possibility of innovation through remote work in the federal public service, especially with the advent of Decree 11,072, of May 17, 2022; the opportunity to innovate in the public sector with a promising service performed by public educational libraries at federal institutes; and the inseparability between work and research agendas, as well as between social development and digital transformation. **Conclusion:** It is concluded that the paths for the digital transformation in the world of work can become even more productive, innovative, profitable and sustainable, when the continuous and adequate investment in library infrastructure that fulfills an educational function and is of a public nature is sought; and in policies that ensure the performance of librarians as agents of innovation in federal institutes.

KEYWORDS

Public educational libraries; Innovation; Telecommuting; Work; Digital transformation.

CRedit

- **Reconhecimentos:** Não aplicável.
- **Financiamento:** Não aplicável.
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
- **Contribuições dos autores:** Conceitualização, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Visualização, Escrita – rascunho original, Escrita – revisão & edição, Metodologia, Administração do projeto, Supervisão, Escrita – revisão & edição: BRANDÃO, J; L; A.; PERUCCHI, V.; FREITE, G. H. A.

| 2

JITA: DC. Public libraries.



Artigo submetido ao sistema de similaridade

Submetido em: 07/06/2022 – Aceito em: 07/12/2022 – Publicado em: 20/12/2022

Editor:Gildenir Carolino Santos

1 INTRODUÇÃO

Promover desenvolvimento social a partir da transformação digital no mundo do trabalho em uma conjuntura pós-pandemia é algo tão desafiador, quanto promissor. Afinal, é comum as oportunidades surgirem em momentos imprevisíveis de crise e, conseqüentemente, mudanças inesperadas. As bibliotecas públicas estão no centro dessas mudanças e oportunidades no século da informação em rede. O fenômeno tem requerido dos profissionais da informação uma postura proativa para percorrer os caminhos da inovação.

A inovação é abrangente e transversal, dessa forma adotamos como concepção de inovação o desenvolvimento de novos produtos e serviços, com métodos e ações inovadoras, como, por exemplo, laboratórios cidadãos, incubadoras de ideias, ambientes virtuais de aprendizagem, espaços criativos e ambientes participativos possibilitando o acesso ao acervo *online* e à informação digital. Inovações essas, que colocadas em prática trazem melhoria para um serviço, produto ou processo existente em uma biblioteca contribuindo para tornar mais fácil a vida das pessoas que utilizam os produtos e serviços oferecidos pela mesma.

O mapeamento da literatura científica para identificar a evolução do tema Inovação no campo da Ciência da Informação realizado por Gabriel Júnior, Sousa e Silva (2020, p. 5-6) discorre que:

[...] é muito difícil ter uma definição de inovação que atenda todas as áreas e contextos. Na área da CI, a inovação caracteriza-se muito como um processo de melhoria ou de transformação de processos e serviços. [...] Na CI, o conceito de inovação como desenvolvimento ou aprimoramento de processos e serviços, ocorre, principalmente, com a inserção ou atualização de novas tecnologias e também transformações e modificações em processos de gestão. Esse tipo de inovação em processos já existentes é sempre pensado de maneira a atender demandas de um grupo específico de usuários de serviços informacionais. Para algumas tipologias de instituições que oferecem serviços informacionais a inovação em serviços e produtos oferecidos se torna um processo mais difícil pelos já referidos custos necessários para a implementação efetiva de novos serviços.

| 3

Gabriel Júnior, Sousa e Silva (2020) discorre sobre dois tipos de bibliotecas muito comum no Brasil: a biblioteca pública e a biblioteca universitária. Sobre a primeira, os autores afirmam que ela possui enorme potencial de inovação a partir das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), devido possibilitarem melhor interação entre usuários, produtos e serviços, favorecendo a autonomia em tarefas relacionadas aos serviços oferecidos pela biblioteca, contudo é apontado como principal desafio a captação de recursos para o adequado investimento nessas tecnologias, dada a realidade das bibliotecas públicas no país, notoriamente conhecida como precárias do ponto de vista do investimento econômico a partir de políticas públicas. Com relação a segunda, os autores apontam como barreira, o desconhecimento, por parte dos seus mantenedores, da importância da inovação para geração de valor, devido estes a perceberem como um espaço convencional. Gabriel Júnior, Sousa e Silva (2020) destacam que:

O conceito de inovação em uma biblioteca universitária também deve estar associado ao desenvolvimento e aprimoramento de produtos e serviços relacionados a comunicação científica, uma vez que grande parte do seu público é composto por pesquisadores e alunos que necessitam de informação científica para realizar suas atividades e desenvolver suas pesquisas.

Importante mencionar que tanto no estudo de Gabriel Júnior, Sousa e Silva (2020), o mais atualizado mapeamento científico sobre a temática (Inovação) no campo da CI, quanto em toda a literatura científica investigada a partir da pesquisa que originou o presente artigo, não há abordagem sobre a inovação em bibliotecas de institutos federais, que atualmente no Brasil, desempenham função educativa no setor público de forma mais abrangente que as bibliotecas

universitárias, por atender usuários vinculados ao nível médio/técnico e superior, e por estarem presentes de forma amplamente distribuída em todo o território nacional. Essa lacuna começa a ser preenchida a partir do presente artigo, o primeiro de uma série de publicações que pretende abordar a temática com o intento de desenvolvê-la no campo científico e profissional com o olhar tanto para a biblioteca educativa pública, quanto para a atuação dos bibliotecários para além da biblioteca, em outros espaços cabíveis de sua atuação nos ecossistemas de inovação.

Durante o período pandêmico entre os anos de 2020 e 2021, profissionais de diversas áreas aprenderam novas lições sobre os mais diversos assuntos que interferem nos estilos e nas formas de vida como os conhecemos. Este fato consistiu em um marco de mudanças significativas, nas quais se incluem as mudanças no mundo do trabalho e emprego. Entre várias, interessou ao presente estudo a questão das mudanças na forma de vida no trabalho, em especial, o futuro do trabalho remoto e o papel das bibliotecas educativas públicas neste contexto dinâmico no Brasil.

Durante o ENANCIB 2021, os autores do presente artigo propuseram que essas são bibliotecas que apoiam com ações infoeducativas as práticas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas por instituições públicas de ensino, cuja função é **educativa** e sua natureza é **pública**. Conceitualmente, na perspectiva de sua identidade organizacional, as bibliotecas educativas públicas foram definidas como: unidades de informação, com finalidade prioritariamente educativa e de natureza pública, que atendem às necessidades informacionais tanto do público acadêmico, em todos os níveis de ensino, de necessidades e de competências, quanto ao público técnico-administrativo e a comunidade em geral, por meio de ações infoeducacionais. O acervo de tais instituições pode ser constituído por obras pluricurriculares, extracurriculares, e que possuam vínculo com o processo de aprendizagem ao longo da vida, abrangendo todas as faixas etárias, sem distinção. Constituem exemplo no Brasil de unidades de informação desse tipo as bibliotecas dos institutos federais. Contudo, isso não exclui outras bibliotecas de se identificarem nessa identidade organizacional, sendo necessário aprofundamento do tema em próximos estudos.

Dois pontos constituem o ponto de partida que inspirou a presente pesquisa. Primeiramente, a observação das recentes transformações ocorridas nos ambientes de trabalho das comunidades as quais os autores desse artigo estão vinculados, realizada durante uma pesquisa de doutorado. Segundo a contemporânea reflexão tecida por um experiente professor norte-americano acerca da inovação que surgiu ao longo do tempo nas bibliotecas públicas. Autor de muitos livros e artigos sobre o processo de formulação de políticas e sobre como melhorar a gestão de organizações públicas, Steve Kelman, Professor de Administração Pública da Universidade de Harvard, publicou em 02 de agosto de 2021 no tradicional e renomado blog norte-americano sobre administração pública federal, o *FCW (Federal Computer Week)*, um artigo intitulado em sua tradução de “**Bibliotecas públicas e inovação governamental**”. Tal artigo é ponto fulcral na reflexão que originou a presente pesquisa e discussão.

É habitual que no cerne das discussões sobre políticas públicas de informação, no campo da Ciência da Informação (CI) no Brasil, busque-se, de forma interdisciplinar, uma convergência entre o que é dito na literatura científica do campo da Administração (e Administração Pública) com a literatura da própria CI (e da Biblioteconomia em muitos casos). No entanto, nos últimos anos, o debate sobre desenvolvimento sustentável, infraestrutura urbana e cidades inteligentes tem ganhado notoriedade e ampliado o leque interdisciplinar das questões investigadas neste campo científico. Isto ocorre devido a evidenciação da urgência em resolver e lidar com as questões climáticas para a sobrevivência humana no planeta Terra, e seus desdobramentos, que incluem repensar a qualidade de vida no trabalho e a necessidade de presencialidade em situações e ambientes diversos.

Tem se constituído uma tendência, portanto, que profissionais e pesquisadores de outras áreas de conhecimento, com destaque nessa discussão para o campo da Arquitetura e Urbanismo, se interessem pelas bibliotecas públicas e sua função social nos espaços urbanos.

Historicamente, nota-se uma evolução na valorização das bibliotecas como espaços cívicos, para além da ideia de espaços exclusivos de promoção da leitura e do livro, defendida ao longo do século XX como locais prioritariamente para estudo e pesquisa.

Kelman (2021) menciona em seu artigo a sua própria satisfação em recentemente ter encontrado o artigo de Liz McCormick, uma bolsista urbana de verão da *New Urban Mechanics*, em Boston, nos Estados Unidos da América, que trabalha com inovações de gestão para a cidade. O artigo, intitulado em sua tradução de **“O potencial radical das bibliotecas”**, menciona novas formas de uso da biblioteca na esteira da pandemia, e foi publicado no blog institucional da Prefeitura de Boston, especificamente na página do Gabinete de Nova Mecânica Urbana do Prefeito, que consiste em um tipo de laboratório de pesquisa e desenvolvimento de Boston, servindo também como incubadora cívica de ideias no âmbito do poder municipal.

Na Europa, tem se falado bastante sobre a implementação de Laboratórios Cidadãos Distribuídos em bibliotecas públicas. Iniciativas como a recente oferta do curso *Laboratorios Ciudadanos Distribuidos*¹ para bibliotecários e profissionais também do Brasil, na modalidade a distância, promovido pelo Ministério da Cultura e Esporte, da Espanha, por meio da Direção Geral do Livro e Fomento da Leitura, demonstra a importância da temática e da inserção das bibliotecas no contexto da inovação cidadã. Diego Garcia, coordenador do projeto Laboratórios Bibliotecários, do mencionado ministério espanhol, destacou no início do curso por meio de fala veiculada na plataforma *YouTube*, em 30 de abril de 2021, a importância de se reforçar o papel das bibliotecas como espaços de encontro e aprendizagem colaborativa, onde se garante, inclusive, a promoção de valores democráticos.

Laboratórios Cidadãos Distribuídos, conceitualmente, podem ser compreendidos de forma mais ampla e completa a partir da perspectiva da pesquisadora social Lorena Ruiz (2021, p. 1-3), difundido no âmbito do primeiro módulo do curso promovido pelo Ministério da Cultura e Esporte da Espanha, dividida em seis aspectos, a saber:

Quadro 1. Laboratórios cidadãos distribuídos definidos em 6 aspectos

ASPECTO	PERSPECTIVA CONCEITUAL
1.	Em primeiro lugar, o laboratório cidadão é uma nova forma de instituição, em que predominam a abertura, a acessibilidade e a possibilidade de reapropriação. [...] em um laboratório cidadão as pessoas podem fazer propostas e, assim, tornar-se produtores (de suas próprias ideias ou de outras pessoas) em vez de consumidores (de algo predeterminado pela instituição).
2.	Em segundo lugar, um laboratório cidadão é um espaço de encontro de diferentes atores que colaboram no desenvolvimento de uma ideia compartilhada.
3.	Em terceiro [...] a participação em um laboratório cidadão é sua conexão com seu ambiente mais próximo. Em relação a este aspecto, trata-se de valorizar a cultura de proximidade, priorizando o encontro e a cooperação entre diferentes atores vinculados a um mesmo contexto (um bairro, uma cidade, uma organização etc.). O laboratório é, portanto, uma ferramenta para ouvir e observar o que acontece nesses contextos, tentando identificar as necessidades, desejos, recursos e forças da comunidade que podem ser colocados em ação para desenvolver ideias coletivas.
4.	Em quarto lugar, [...] o laboratório trabalha de forma específica, a partir da lógica da experimentação e da prototipagem. Esse é um dos traços mais característicos e relevantes da proposta de um laboratório cidadão, pois implica priorizar o processo sobre o resultado, aceitar a incerteza e sustentá-la coletivamente e relacionar-se diretamente com o erro, entendendo-o como mais um recurso de aprendizagem. A experimentação, pelo seu caráter aberto, provisório e até lúdico, permite reunir os diversos saberes de todos os participantes e, assim, favorecer a cooperação e a criação de vínculos, nomeadamente de confiança e reciprocidade.
5.	Quinto, a articulação de diversos atores em torno do desenvolvimento de uma ideia comum gera um grande volume de conhecimento. Um laboratório cidadão não é apenas um espaço no qual essa produção de conhecimento é possível, mas também uma ferramenta para que o conhecimento gerado continue a circular depois de concluído o laboratório e possa ser útil em

¹ Disponível em: <https://curso2021.labsbibliotecarios.es/>

	outros contextos. Para isso, trabalhamos a partir dos princípios da cultura livre (liberdade de copiar, distribuir, modificar e melhorar as criações de outras pessoas), documentando o trabalho realizado no desenvolvimento de cada ideia.
6.	Em sexto e último lugar, o posicionamento conceitual e as principais características que indicamos respondem ao propósito fundamental de um laboratório cidadão: criar comunidades de aprendizagem e prática. Essas comunidades pretendem ser espaços para testar coletivamente formas de autogestão, produção de conhecimento e convivência, pois em um laboratório participam pessoas que, em sua maioria, não se conhecem e não optaram por trabalhar juntas e, portanto, é necessário estabelecer uma relação de aprendizagem com os outros. Tudo isso com o objetivo de melhorar as condições de convivência em nossos bairros, nossas cidades ou nossas instituições; em suma, naqueles lugares próximos e significativos para aqueles que os habitam.

Fonte: Quadro organizado com base na perspectiva conceitual de Lorena Ruiz (2021, p. 1-3).

O propósito dos laboratórios cidadãos distribuídos, conforme a perspectiva de Ruiz (2021), evidenciado no sexto aspecto, combina com o método ciência-ação (ALMEIDA; PERUCCHI; FREIRE, 2020), em que se usa a criação de comunidades de aprendizagem, chamadas de comunidade de investigação no contexto de aplicação do método científico; sendo esta muito importante para obtenção de resultados.

Pensando na possibilidade de convergência entre uma agenda de trabalho na biblioteca e uma agenda de pesquisa com um grupo de pesquisadores ligados à biblioteca para a inovação, infere-se que a implementação e/ou o desenvolvimento de laboratórios cidadãos distribuídos em bibliotecas pode fazer parte da estratégia metodológica para: socialização da informação, fomento a geração de novos conhecimentos, desenvolvimento de ações para competência em informação e para competências digitais; em consonância com o pressuposto da responsabilidade social da Ciência da Informação.

De acordo com McCormick (2021) as bibliotecas têm servido, desde o período da revolução industrial, como um ponto de acolhimento para os imigrantes recém-chegados aprenderem, se engajarem e obterem apoio na busca pela cidadania norte-americana. Outras possibilidades são constatadas por Kelman (2021) a partir de outros relatos, a saber: o uso recreativo da biblioteca por adolescentes após o horário escolar; uso de computador e da internet na biblioteca para resolver assuntos jurídicos; e uso da biblioteca para entreter as crianças com contação de histórias.

Historicamente, no Brasil, os espaços das bibliotecas sempre foram utilizados de diversas formas recreativas e formativas, para além da armazenagem do acervo bibliográfico. Durante a pandemia, esses espaços foram fisicamente limitados, não sendo possível a presença de pessoas para participarem de exposições, palestras, treinamentos, aulas, e demais atividades culturais e educativas que sempre foram possíveis nos ambientes da biblioteca.

Os serviços de informação e educação migraram para ambientes virtuais de aprendizagem. Com isso, hábitos e práticas de leitura e comunicação, incluindo as formas de aprender, foram – mesmo que temporariamente – modificadas, para que houvesse adaptação às restrições do período pandêmico e a devida continuidade das atividades.

O período de pandemia não foi o primeiro momento histórico que demandou inovação por parte das bibliotecas. Enquanto nos Estados Unidos da América, as bibliotecas foram importantes na acolhida de imigrantes desde a revolução industrial, no Brasil, as bibliotecas foram e continuam sendo locais de acolhimento para pessoas em condição de vulnerabilidade social e econômica.

No contexto pós-pandêmico, sem restrições de presença física no ambiente da biblioteca, ela poderá voltar a sua normalidade de atuação, mas, provavelmente, tendo que inovar diante das alterações no comportamento informacional das pessoas, que sofreu influência do período pandêmico. Certamente, novas demandas irão emergir no tocante à oferta de produtos e serviços dentro da hibridez dos tempos atuais.

Diante dessa constatação, Kelman (2021), questiona “O que acontecerá depois que as bibliotecas forem reabertas em um mundo mais seguro e vacinado?”. McCormick (2021) também se preocupa com esse futuro da biblioteca no contexto pós-pandemia e relata o desenvolvimento de um trabalho entre seu gabinete, a Biblioteca Pública de Boston e o Departamento de Meio Ambiente da cidade, em que estão experimentando o desenvolvimento de duas ideias sobrepostas, a saber: “Como as bibliotecas podem evoluir para espaços de trabalho remoto e servir a comunidade desempenhando um papel crítico na resiliência ao calor conforme Boston fica mais quente?”. Tal questão emerge após um ano de fechamento do acesso físico às bibliotecas durante o período pandêmico. O trabalho desenvolvido por McCormick (2021) possibilita notar que a resiliência climática urbana é uma das questões ambientais contemporâneas em que a biblioteca pode efetivamente contribuir, conforme veremos na discussão apresentada nesse artigo a partir da segunda seção. Diante do exposto, a nossa questão de pesquisa tomou, portanto, o seguinte contorno: Como as bibliotecas educativas públicas no Brasil podem evoluir para espaços de trabalho remoto e servir às diversas comunidades de profissionais que trabalham e se comunicam em rede? O objetivo do presente artigo consistiu em discutir a evolução das bibliotecas educativas públicas em espaços de trabalho remoto, para servir a uma comunidade de profissionais que trabalham e se comunicam em rede. Um dos pontos mais relevantes que interessaram a pesquisa foi conhecer as possibilidades de inovação no setor público por meio do trabalho remoto e o papel das bibliotecas educativas públicas neste contexto, sob a perspectiva da Ciência da Informação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Metodologicamente, a pesquisa é caracterizada como exploratória, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e elaborada a partir de uma pesquisa de doutorado em andamento, que faz uso do método Ciência-Ação. Como técnica, a pesquisa utiliza-se da reflexão em ação para obter evidências científicas e analisar dados que culminem na formulação de propostas pertinentes ao contexto científico e profissional. Foram comparados os dados da realidade de bibliotecas públicas norte-americanas obtidos por coleta bibliográfica, tomando por base, os relatos de pesquisadores e bibliotecários atuantes neste contexto, com a realidade brasileira. Essa comparação resultou na produção de uma reflexão com foco na atuação das bibliotecas dos Institutos Federais, classificadas pelos autores desse estudo como bibliotecas educativas públicas.

De forma pioneira no campo da Ciência da Informação no Brasil, aplica-se a teoria do encantamento de Clhóe Valdary como estratégia de abordagem metodológica para produzir uma reflexão crítica sobre a inovação no setor público, dando ênfase à subjetividade inerente das relações humanas no trabalho. Foram consultados, ainda, dados estatísticos oriundos de pesquisas recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para embasar com evidências o presente estudo reflexivo.

A reflexão apresentada ao longo das próximas seções foi estruturada em três partes, que abordam a tríade inovação, trabalho remoto e bibliotecas educativas públicas, em correlação teórica com as possibilidades de ação científica e profissional, fundamentadas no propósito de evidenciar um debate necessário ao campo da Ciência da Informação no século XXI. Especificamente, tal debate subsidia a evolução dos estudos sobre políticas públicas de informação em bibliotecas e suas implicações sociais no Brasil.

O presente estudo foi realizado com apoio de dois grupos de pesquisa, fruto de uma parceria interinstitucional entre o Grupo de Pesquisa sobre Gestão de Projetos em Educação, Ciência, Informação e Tecnologia (PROJECIT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), e o Grupo de Pesquisa Comunicação, Redes e Políticas de Informação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Parte dos dados obtidos na presente investigação são fruto, ainda, de

pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O presente artigo, portanto, é resultado de um trabalho colaborativo e integrativo na comunidade científica.

3 POR ONDE COMEÇAR A PENSAR EM INOVAÇÃO POR MEIO DE TRABALHO REMOTO?

Almejando chegar à resposta da questão que intitula essa seção, partimos da percepção de Kelman (2021, tradução nossa) sobre a inovação em bibliotecas públicas americanas, ao discorrer especificamente sobre as contribuições da biblioteca pública na resiliência climática urbana de Boston, a partir do trabalho desenvolvido por McCormick (2021, *n.p.*), destacando que durante a pandemia:

O sistema de biblioteca implementou espaços de WiFi gratuito ao ar livre em 14 locais, enquanto as filiais foram fechadas, fornecendo acesso seguro à Internet ao ar livre. As bibliotecas criaram seis áreas de trabalho sombreadas para tornar o WiFi gratuito mais fácil de acessar e mais divertido de usar. Eles montaram mesas de piquenique, um café ao ar livre e barracas de neblina fora das bibliotecas também, algumas das quais já foram montadas como locais para aliviar a solicitação de empréstimo.

Apesar de Kelman (2021) não ter certeza sobre o motivo que fez surgir tanta inovação ao longo do tempo nas bibliotecas públicas norte-americanas, enquanto algumas outras organizações do próprio governo permanecem atreladas às práticas convencionais, ele aponta que seja devido à ausência geral de controvérsia política em torno das bibliotecas públicas. O pesquisador constata que geralmente a inovação governamental surge a partir de crises e ameaças, mas que com as bibliotecas é diferente. O que impulsiona a inovação em bibliotecas é a sua segurança organizacional, que favorece a confiança e a autoconfiança dos inovadores. Esse pode ser um fator favorável e preponderante para que os inovadores encontrem na biblioteca um espaço favorável à criatividade e à inovação não somente nos Estados Unidos, mas também no Brasil.

Esse ponto não difere da realidade brasileira, conforme observamos nas últimas décadas. Contudo, quando se fala em inovação em bibliotecas públicas, não é bem assim, pois consiste em uma questão complexa. Corroborando com Kelman (2021), inferimos que a realidade dessas unidades de informação sugere que mais segurança organizacional favorece a criação de espaço para os inovadores abordarem a mudança com confiança e autoconfiança, tanto nos Estados Unidos, quanto no que podemos estimar no Brasil, a partir das evidências coletadas.

McCormick (2021) nos faz refletir que em tempos de instabilidade em todo o mundo, em que a confiança nas instituições públicas diminuiu e segue ameaçada, as bibliotecas públicas continuam sendo entidades públicas altamente confiáveis. Ela correlaciona essa confiabilidade dada a biblioteca a um público de todos os bairros, de várias faixas etárias e, em geral, por um público diverso. Ela concluiu seu artigo mencionando que apesar da substituição gradual dos registros físicos do conhecimento pelo mundo da informação digital, o papel das bibliotecas continua mais importante do que nunca. Esse posicionamento vindo de uma profissional de outra área, fora do campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, é muito importante para validar e legitimar o discurso dos bibliotecários que lutam por mais investimento e melhores condições de trabalho para oferecer novos e melhores serviços, e que muitas vezes têm sido descredibilizado por gestores públicos.

Em uma das recentes publicações do Conselho Federal de Biblioteconomia, Herrera (2015, p. 188), bibliotecário da biblioteca pública da cidade de São Francisco, nos Estados Unidos, justifica a relevância da inovação em bibliotecas, destacando que:

Hoje e no futuro, as bibliotecas precisam se reinventar constantemente. Podemos permanecer, ainda, leais à nossa missão fundamental ao permitir o acesso à informação e promover a leitura. Todavia, precisamos reexaminar o modelo tradicional para alterar mais o foco ao levar a biblioteca até as pessoas. Isso significa que temos de reformular os modelos de serviço para um mais proativo no alcance comunitário e para oferecer serviços que tenham como meta o usuário. Precisamos, igualmente, tornar as nossas bibliotecas mais acessíveis como espaços comunitários para educação e compromisso cívico. Agora é a hora de reinventar a maneira como fazemos o nosso trabalho. Os bibliotecários têm notáveis conjuntos de habilidades para ajudar a construir a comunidade, ensinar os novos conhecimentos e redefinir as nossas bibliotecas públicas como centros de aprendizado e conhecimentos do século 21 que irão ajudar a solidificar as informações da divisão digital e social.

Dados de 2015 do levantamento realizado pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas apontam que há 6.057 bibliotecas públicas em todo o território brasileiro, considerando a soma de bibliotecas municipais, distritais, estaduais e federais; o que ofereceria uma média aproximada de uma biblioteca pública para cada 33 mil habitantes (SNBP, 2021). Não há divulgação de dados em separado entre os níveis de governo.

Apesar disso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou em 2019 os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), que apontou uma redução no número de municípios com bibliotecas públicas em 10% em intervalo de quatro anos, no período de 2014 a 2018. Presume-se, portanto, a partir dos relatos e dos dados observados, que há possibilidade de maior estabilidade no âmbito das bibliotecas estaduais e federais, em comparação com a realidade municipal. Isto pode variar de acordo com as condições econômicas de cada município, afinal, há exceções, e o caso de São Paulo é um deles, considerado um dos municípios que mais se destacam na valorização e na qualidade das bibliotecas públicas, a exemplo da Biblioteca Mário de Andrade, que é municipal, e da premiada Biblioteca Parque Villa-Lobos, que é estadual.

No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2018, já apontavam número recorde de trabalho remoto no formato *home office* antes mesmo da pandemia de covid-19. O número chegou a 3,8 milhões de brasileiros trabalhando nesta condição no mencionado ano. O IBGE aponta que na época o regime de trabalho em *home office* se tornou uma alternativa para driblar o desemprego. Divulgando os dados, Silveira (2019, n.p) destaca que

De acordo com o IBGE, o *home office* correspondia a 5,2% do total de trabalhadores ocupados no país, excluídos da conta os empregados no setor público e os trabalhadores domésticos. Na comparação com 2012, quando teve início a série histórica da pesquisa, esse contingente teve alta de 44,4%. O *home office*, destacou o IBGE, teve queda de 2,1% entre 2012 e 2014, cresceu 7,3% em 2015, e voltou a ter queda de 2,2% em 2016. Já entre 2017 e 2018, cresceu em 21,1%.

Góes, Martins e Nascimento (2021) publicaram por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), uma carta de conjuntura no primeiro semestre de 2021, que apresenta dados estatísticos oficiais do governo sobre o trabalho remoto no Brasil, com base no ano 2020. Tais dados também foram veiculados pela Agência Brasil, uma agência pública de notícias do governo federal, o que confirma a relevância deles para os processos decisórios governamentais no Brasil, servindo de base, também, para compor as evidências dos estudos e pesquisas científicas sobre o assunto. Essa pesquisa apontou que ocorreu diminuição do número de trabalhadores em *home office* no mês de novembro de 2020, entretanto, o número permanece muito superior aos 3,8 milhões apontados pelo IBGE em 2018, sendo registrados aproximadamente 7,3 milhões no recente levantamento do IPEA (BRASIL, 2021).

A queda registrada é natural, levando-se em consideração a proximidade do controle da pandemia, observada a partir do avanço nos protocolos de segurança e vacinação, e gradual

volta à normalidade. O que está provocando questionamentos na atualidade, sobretudo no campo das Políticas Públicas, que interessa também à Ciência da Informação no tocante às políticas de informação, é a permanência e/ou transferência de atividades presenciais para o formato de trabalho remoto exclusivamente ou em caráter híbrido; as vantagens e desvantagens dessa migração; e as condições de viabilidade e permanência desse modelo de trabalho.

O fato mais recente, no contexto brasileiro pós-pandêmico, que colabora com a inovação no serviço público é a publicação do Decreto 11.072, de 17 de maio de 2022, que regulamenta o teletrabalho e o controle da produtividade no serviço público federal no âmbito do Poder Executivo. A maior inovação proporcionada pelo decreto consiste na autonomia para os dirigentes máximos das entidades da Administração Pública Federal indireta, que abrange autarquias e fundações públicas federais, autorizarem a implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD); que antes era restrita aos ministros de Estado. A desvinculação favorece a redução da burocracia na implementação do programa. O ato normativo aprimora tanto a gestão de resultados dos órgãos e agentes públicos, quanto as regras relacionadas ao teletrabalho. Com isso, o teletrabalho passará a ser possível em tempo parcial ou integral nos institutos e nas universidades federais. Essa inovação governamental no Brasil foi possível devido a experiência exitosa com o trabalho remoto durante a pandemia de Covid-19. Em uma realidade cada vez mais digital, ficou evidente para os gestores públicos a viabilidade do teletrabalho no setor público. A medida pode contribuir para a redução de custos da máquina pública, pode favorecer a mudança cultural do controle de ponto por controle de resultados e da qualidade dos serviços públicos, e ainda pode resultar em maior qualidade de vida para os servidores públicos federais, melhor produtividade, e servir de exemplo para que os Governos em nível municipal e estadual, repensem a forma de trabalho adotada, sem comprometer a eficiência do poder público, e estimulando a atuação profissional de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Os indícios de inovação por meio do trabalho remoto e a correlação com as bibliotecas vêm sendo percebidos nos trabalhos científicos do campo da Ciência da Informação. Destacam-se as abordagens crescentes sobre *coworking* e demais espaços inovadores (Quadro 2). Nos moldes da presente pesquisa, estruturada a partir de uma pesquisa bibliográfica e com uma abordagem qualitativa, o estudo de Moyses, Mont’Alvão e Zattar (2019) é um dos exemplos de publicação científica recente que aponta esses espaços inovadores em bibliotecas. Os espaços assinalados na pesquisa são os *makerspaces*, os *learning commons* e os espaços de *coworking*, que, segundo as pesquisadoras “tornam a biblioteca mais ativa, colaborativa, criativa e inovadora, o que difere dos modelos tradicionais, que enfatizam o consumo de conhecimento.” (MOYSES; MONT’ALVÃO; ZATTAR, 2019, p. 5).

Quadro 2. Espaços inovadores em bibliotecas

Makerspaces	São espaços habilitados para funcionar como incubadoras de ideias, nas mais diversas áreas, que favorecem a criatividade, a experimentação e o empreendedorismo. Neles, o espírito de comunidade e a colaboração são estimulados; e há disponibilização de tecnologias e ferramentas para criar projetos individuais e coletivos.
Learning commons	São os espaços propícios à aprendizagem colaborativa. Consistem em um espaço de reunião e encontro, para discutir projetos e realizar reuniões. São criados como alternativa às salas de aula, ambientes de aprendizagem informais.
Coworking	São espaços que têm como objetivo o compartilhamento de estrutura física, mobiliário, custos de locação, de um endereço comercial, o que permite um ambiente propício à troca de experiências, o compartilhamento de conhecimentos, a participação de eventos e a programas de capacitação.

Fonte: Quadro organizado com base na pesquisa de Moyses, Mont’Alvão e Zattar (2019, p.13-18).

Com relação a exemplificação desses espaços, temos que os makerspaces no Brasil, conforme mencionado por Moyses, Mont’Alvão e Zattar (2019, p. 15) se faz presente em bibliotecas escolares e, também, em bibliotecas públicas, a exemplo das

iniciativas como na Biblioteca Parque Villa-Lobos (BVL) que realizam oficinas maker que ensinam diferentes atividades, como por exemplo: produção de livros, robótica, manutenção residencial com foco em diferentes perfis de usuários. [...] dispõe também de um ambiente inclusivo e acessível [...], com diversos aparelhos de tecnologia assistiva, como: folheador de páginas, mesa ergonômica, leitora autônoma, reproduzidor de áudio, régua raile, teclado e mouse adaptados, computadores com leitor de tela, mouse e teclado adaptados. [...] já foi indicada como uma das melhores do mundo por seu ambiente iluminado, amplo e democrático do espaço. Também foi classificada como uma biblioteca ativa, cuja própria arquitetura favorece a experiência do leitor, além de estimular e facilitar a realização de atividades de múltiplas naturezas.

Moyeses, Mont’Alvão e Zattar (2019, p. 17) citam a Biblioteca de São Paulo, uma outra biblioteca pública estadual, como um exemplo de *learning commons*.

Foi concebida para ser um espaço arrojado e oferecer conforto, autonomia e atenção aos usuários, vistos como elementos centrais da biblioteca. Ocupa uma área de 4.257 metros quadrados para atender a diferentes perfis de usuários. Conta com recursos tecnológicos e disponibiliza microcomputadores, e de wireless e terminal de autoatendimento. Foi inspirada na Biblioteca de Santiago, no Chile, e foi indicada, em 2018, como uma das melhores do mundo.

Os conceitos são muito similares dentro de uma proposta de espaço colaborativo. Podemos afirmar que em algumas bibliotecas, há a presença de dois ou mais desses espaços. Na pesquisa de Moyses, Mont’Alvão e Zattar (2019, p. 17), as pesquisadoras apontam novamente a Biblioteca Parque Villa-Lobos (BVL), do Estado de São Paulo (SP), dessa vez para fazer menção ao espaço de *coworking* que ela contém.

Em 2018, a BVL inaugurou no segundo piso da biblioteca um espaço de *coworking* [...], o qual corresponde a uma sala de trabalho compartilhada com infraestrutura e rede wi-fi para uso de micro e pequenas empresas, startups ou pessoas com projetos ou empreendimentos em desenvolvimento. Os projetos selecionados, por meio de edital, podem utilizar a sala gratuitamente por dez meses. Em contrapartida, é necessário oferecer workshops ou seminários na temática da especialidade do projeto em prol do público em geral.

Todos esses espaços inovadores convergem para a ideia de uma biblioteca que almeja ser “centro de socialização e de convivência” (MOYSES; MONT’ALVÃO; ZATTAR, 2019, p. 20). As bibliotecas do século XXI caminham para serem espaços com maior interatividade, intensa colaboração e relacionamentos mais profícuos e complexos. Esse espírito de acolhimento e inclusão que sempre esteve presente nas bibliotecas, se acentua conforme a dinâmica social de transformação digital que vivenciamos na contemporaneidade ganha novos contornos e evolui.

Com o trabalho remoto sendo mais frequente na vida de diversos profissionais, por exemplo, a comunicação em rede requer que maior atenção seja concedida à gestão da emoção e à compreensão das dimensões da solicitude organizacional (confiança mútua, acesso à ajuda, empatia ativa, leniência nos julgamentos e coragem) (VON KROGH; ICHIJO; NONAKA, 2001). Ambas são importantes na viabilização dos processos de facilitação de criação de conhecimento e, porque não, também de inovação organizacional.

Uma das teorias que tem se destacado internacionalmente na contemporaneidade é a teoria do encantamento, sobretudo em tempos de trabalho remoto. Em recente publicação no

Instagram, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), vinculada ao Ministério da Economia do Brasil, postou em seu perfil oficial, no dia 05 de agosto de 2021, a seguinte questão: Por que é importante criar e manter rituais para gerar conexões com seus colegas de trabalho? Na postagem, a ENAP menciona a ativista e escritora norte-americana Chloé Simone Valdary, que aplica a Teoria do Encantamento na formação de lideranças e no combate compassivo ao racismo. Conforme afirmado pela ENAP (2021, *n.p.*) a teoria é inovadora devido combinar “educação socioemocional, desenvolvimento do caráter e crescimento interpessoal como ferramenta para o desenvolvimento de lideranças”. Na abordagem da teoria, Valdary mescla elementos da cultura pop para facilitar a disseminação e a compreensão das dimensões e dos princípios da teoria. Disseminada entre alunos, escolas, empresas e governos de vários países, entre eles Estados Unidos, África do Sul, Holanda, Alemanha e Israel, a teoria foi apresentada pela primeira vez para uma audiência brasileira, durante uma transmissão online (*live*) da ENAP, em 28 de abril de 2021.

Chloé Valdary conversou com Diogo Costa, o Presidente da ENAP, e destacou a importância da aplicação dos três princípios fundamentais da teoria no desenvolvimento do ser humano, a saber:

1. Tratar pessoas como seres humanos e não como distrações políticas;
2. Ao criticar, elevar e empoderar, nunca com o intuito de derrubar ou destruir;
3. Fazer tudo com amor e compaixão. Amor no sentido do termo grego *ágape*, não baseado em condições. (ENAP, 2021, *n.p*)

Nesta discussão evidenciamos a inovação no contexto das organizações públicas e percebemos a relevância da liderança, da educação socioemocional e da teoria do encantamento. Falamos, ainda, da convergência interdisciplinar entre Administração e Ciência da Informação, e devido a isso, é possível transpor da literatura sobre os rituais familiares, no contexto da Psicologia, a distinção conceitual entre ritual e rotina para o cerne organizacional. Tomando por base a questão levantada pela ENAP (Por que é importante criar e manter rituais para gerar conexões com seus colegas de trabalho?), ao propor pensarmos o encantamento em tempos de trabalho remoto, buscamos na explicação de Azevedo (2018, p. 8), sob a perspectiva cunhada por Fiese *et al.* (2002), a diferença entre rotina e ritual, detalhada em três dimensões, a saber:

comunicação, investimento e continuidade. No que concerne às rotinas, a primeira dimensão remete para o ato instrumental – “isto é o que precisa de ser feito”; a segunda dimensão remete para o caráter temporário e pouca consistência após a realização da rotina; a terceira dimensão diz-nos que é diretamente observável e detectável por *outsiders*, e o comportamento repete-se ao longo do tempo. Contrastando com os rituais, a primeira dimensão remete para o ato simbólico – “isto é quem nós somos”; a segunda dimensão diz-nos que os rituais são duradouros e afetivos, e a experiência pode ser repetida na memória; a terceira dimensão remete para a extensão do significado através de gerações, sendo este interpretado pelos *insiders*. (AZEVEDO, 2018, p. 8).

Transpondo tais conhecimentos para o ambiente organizacional, podemos compreender que as rotinas organizam os processos de trabalho, e a sua repetição ao longo do tempo pode transformá-las em rituais, por meio da antecipação e investimento emocional. Contudo, um ritual pode se tornar rotina, se começar a ser sentido como uma obrigação. Podemos considerar que rotinas e rituais possibilitam às organizações lidar com as adversidades que emergem da sua atuação, seja ela pública ou privada.

Podemos considerar, ainda, que não podemos dissociar o estudo e a pesquisa sobre inovação e trabalho remoto das questões socioemocionais envolvendo pessoas de diversas gerações. Em especial, no contexto das bibliotecas educativas públicas, essa indissociabilidade é ainda mais evidente, por se tratar de espaço onde há o encontro dessas diversas gerações e a busca por atender as necessidades informacionais e outros tipos de necessidades, que vão desde

o entretenimento infantil até ser um ponto de apoio para adolescentes após as aulas, para imigrantes refugiados buscarem informação para conseguir sua cidadania, entre outras.

Até então, nosso caminho reflexivo nos oportunizou perceber que começar a pensar em inovação por meio de trabalho remoto, inserindo as bibliotecas educativas públicas, constitui um amplo debate com vários desafios. Além do exposto, é preciso pensar também sobre as políticas de informação em bibliotecas e a necessidade de educação socioemocional de jovens e adultos. Não é possível pensar em inovação neste contexto, sem buscarmos compreender as questões que fazem sentido para as novas gerações, a exemplo das gerações y, z e alpha, que são o público mais desafiador do momento para as bibliotecas.

Como aplicar uma gestão de biblioteca eficiente para promover o desenvolvimento das gerações? É uma das implicações do debate, que nos leva a começar a pensar na Gestão das Gerações. Desenvolver ações de informação que potencializem o melhor de cada uma delas pode ser um ponto de partida de uma agenda de trabalho e pesquisa para bibliotecários pesquisadores.

No contexto dos Institutos Federais, as bibliotecas educativas públicas têm o compromisso em atender e satisfazer, por meio de seus produtos e serviços, as gerações empregadas, as desempregadas, e as que estão em processo de formação para muito em breve acessarem o mundo do trabalho e emprego. O desafio é ainda maior neste contexto.

Pensar a contribuição inovadora da biblioteca educativa pública na questão do trabalho remoto, portanto, vai requerer pensar que a sua gestão estratégica poderá incluir desde a análise de relatórios até a avaliação de indicadores quantitativos e qualitativos sobre a diversidade de gerações. É preciso pensar o que pode possibilitar a realização de ações mais assertivas, a exemplo do desenvolvimento de programas de incentivos para produtividade; da promoção de maior envolvimento dos atores sociais nos processos decisórios; maior presença e engajamento digital de jovens e adultos; e demais ações, até mesmo de cunho motivacional, com foco também na gestão das emoções no ambiente de trabalho, assunto que tem recebido mais notoriedade e relevância atualmente.

O contexto pandêmico e pós-pandêmico, em todo o mundo, tem nos inspirado a sermos criativos, inovadores e adaptativos. Aprendemos pela necessidade no momento da pandemia e estamos aplicando ao novo momento a trabalhar bem de forma remota, caminhando para modelos híbridos (atividades remotas e presenciais), mais flexíveis e adaptáveis a dinâmica social em rede. Estamos diante de crises e oportunidades.

Um serviço promissor está a ser demandado, e as bibliotecas educativas públicas estão no centro da problemática e da solução. Dela, poderão emergir soluções que contribuem com a inovação por meio do trabalho remoto, se possível, agregando a importância das três dimensões: comunicação, investimento e continuidade; defendidas pela teoria do encantamento, juntamente com seus três princípios, que colaboram no enfrentamento e na quebra de paradigmas que interferem na produtividade e na cultura organizacional no setor público.

4 UM SERVIÇO PROMISSOR DESEMPENHADO POR BIBLIOTECAS EDUCATIVAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

É importante destacar que a inovação em serviços de informação é basilar na evolução das bibliotecas. As bibliotecas educativas públicas têm evoluído e se tornado espaços de trabalho remoto, com o propósito de servir às comunidades de profissionais que trabalham e se comunicam em rede.

Podemos afirmar que a criação de espaços ou zonas de trabalho remoto em bibliotecas educativas é uma iniciativa realmente promissora e viável? Talvez a resposta a esse questionamento só seja possível com a implementação de políticas públicas que garantam o fomento e, portanto, o investimento adequado em infraestrutura e para além desse quesito. A

experimentação pode ser a melhor alternativa para que essas bibliotecas se tornem laboratórios cidadãos, e efetivamente cumpram sua função educativa, com serviços inovadores pautados na ideia de bibliotecas aprendentes, orientadas pelas cinco disciplinas de Peter Senge: domínio pessoal, modelos mentais, aprendizagem em equipe, visão compartilhada e pensamento sistêmico.

Outros questionamentos emergem dessa conjuntura, a saber: Como definir a diversidade de profissionais em regime de trabalho remoto que procurariam a biblioteca como espaço de trabalho remoto? Possivelmente a implementação e a gestão de laboratórios cidadãos distribuídos podem contribuir com esse conhecimento de público e de suas necessidades. É a ação e a reflexão em ação que pautará a avaliação e a agenda de inovações que se pretende no trabalho remoto e nas bibliotecas.

A própria missão social dos institutos federais no contexto da educação profissional e tecnológica no Brasil, com destaque para a importância da oferta do serviço de apoio ao trabalho remoto em bibliotecas educativas públicas, justifica os investimentos nesse segmento de atuação profissional dos bibliotecários.

O que podemos refletir nesta seção para começar a pensar na construção de uma agenda de trabalho e de pesquisa? A busca por caminhos que contribuam com o sucesso da transformação digital no mundo do trabalho, que abrange maior investimento público em bibliotecas, é desafiador. A transformação digital é um processo e não um ponto de chegada ou destino.

No intento de contribuir com a formação e o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa sobre inovação no campo científico da Ciência da Informação e no campo profissional dos institutos federais no Brasil, há que se congregam pesquisadores, especialmente bibliotecários pesquisadores, vinculados à essas instituições, em atuação no país. Gabriel Júnior, Sousa e Silva (2020), em seu mapeamento da literatura científica sobre os autores mais produtivos na temática da Inovação indexada na BRAPCI no período de 1978 a 2019, identificou que a única pesquisadora vinculada a um instituto federal consiste na Bibliotecária e Doutora em Ciência da Informação, Valmira Perucchi, do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). A partir do presente estudo, observa-se mudança neste cenário, com o início de uma agenda de pesquisa que pode preencher essa lacuna e superar a incipiente produção científica sobre a temática, a partir de uma série de publicações, conforme o presente artigo que é fruto, também, de uma pesquisa de doutorado.

Em relação a agenda de trabalho, a função das bibliotecas públicas educativas é de contribuir com os Institutos Federais em sua missão de promover ensino, pesquisa e extensão por meio da educação profissional, científica e tecnológica com a união da informação, da educação e da tecnologia para garantir o desenvolvimento sustentável local, regional e nacional. Inclusive diante do contexto do qual nos encontramos em que é um desafio construir de modo *online* as relações e estruturas de uma instituição educacional, como no caso dos Institutos Federais e de suas bibliotecas educativas públicas. As bibliotecas para Paula, Silva e Woida (2020, p. 3) são a base da educação

servindo de apoio para o ensino, à pesquisa e a extensão, e por isso, estão se reinventando no cenário atual ao ofertarem serviços e produtos informacionais como empréstimos de livros de forma delivery, treinamentos, oficinas, *lives* de competência em informação de como utilizar as fontes informacionais de forma segura para pesquisa, normatização de trabalhos acadêmicos, escrita científica dentre outros.

Com a necessidade dos serviços prestados pelas bibliotecas educativas públicas terem que se adequar durante a pandemia ao distanciamento e isolamento social, os profissionais que nelas atuam tiveram que se adequar a uma nova realidade, o trabalho remoto. Desse modo tiveram que rever os serviços e ações para continuar com a importância que sempre tiveram no contexto educacional sem deixar de atender as necessidades de informação de seus usuários de

maneira ao menos satisfatória, rápida da melhor forma possível, eficiente e eficaz como é costumeiro.

Tendências estão sendo realidade em nosso dia a dia. Há que se compreender, também, que elas tiveram que se reinventar na oferta e disponibilização de produtos e serviços informacionais *online*, para que fossem acessíveis e de fácil manejo dos usuários. A experiência de usuários é ponto fulcral nesta forma de vida.

Para trabalhar com a realidade emergente, as bibliotecas públicas educativas ampliaram o uso dos serviços ofertados nas redes sociais como o *Instagram*, *Twitter* e *Facebook* e os canais de atendimento utilizando o *WhatsApp* e os formulários eletrônicos, além de disponibilizar e auxiliar no uso das bases de dados de acesso livre que possibilitam o acesso dos usuários aos *e-books* e artigos científicos. Dessa forma, as bibliotecas

têm se engajado a aprimorar seus serviços e produtos informacionais, ao disponibilizar informações através dos websites, das redes e mídias sociais, como *Instagram*, *Twitter*, *Facebook* e outros meios de comunicação. Esses meios de comunicação são grandes disseminadores de informação e onde vários sujeitos estão conectados diariamente, fazendo com que as informações circulem em maior velocidade, pois esses canais informacionais permitem que bibliotecários e usuários não somente busquem a interação, mas também que façam compartilhamento de informações. (PAULA, SILVA; WOIDA, 2020. p. 8).

A pandemia exigiu o processo de união entre a tecnologia e a educação, nos obrigando a utilizar, de forma sistemática e geral, os meios digitais para o compartilhamento de informações, prestação de serviços, e outras atividades. É necessário pensar e se programar para esse contexto pós-pandêmico, com a oferta e criação de espaços inovadores, com serviços que assegurem segurança e saúde de todos os envolvidos nas bibliotecas. Processo este que pode ser pautado por uma agenda orientada ao desenvolvimento social, conforme a transformação digital pauta a vida contemporânea, em todos os processos e fluxos informacionais.

5 AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Elaborar uma agenda de trabalho paralelamente à elaboração de uma agenda de pesquisa é não somente possível, como necessário nos dias atuais. Há uma evidente indissociabilidade entre agenda de trabalho e agenda de pesquisa, tanto quanto há para o desenvolvimento social e a transformação digital, deste século em diante.

De forma experimental, nesta seção abordaremos uma proposta de agenda de trabalho que pode ser aplicada em bibliotecas educativas públicas, por meio de uma agenda de pesquisa que está a se constituir no âmbito do Grupo de Pesquisa sobre Gestão de Projetos em Educação, Ciência, Informação e Tecnologia (PROJECIT), vinculado ao IFPB Campus João Pessoa e cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 2014.

Algumas questões podem ser aplicadas via e-mail aos bibliotecários responsáveis pelas bibliotecas do sistema, para termos uma amostra local da percepção desses gestores sobre esse assunto; e, posteriormente, expandidas para estudos comparados. Essa é uma proposta de aplicação em estudos futuros. Não houve necessidade de aplicação de questionário neste momento da pesquisa, pois estamos em uma etapa de reflexão. Essas questões poderão ser desenvolvidas com base em um pequeno grupo de questões norteadoras, a saber:

- a) Durante a pandemia, o que você fez de diferente em suas atividades remotas que não fazia antes da pandemia e que pode ter gerado inovação?
- b) Na biblioteca, inovação por meio de trabalho remoto é possível?

- c) Tradicionalmente a biblioteca é um espaço de estudo e pesquisa para estudantes. Você considera que a biblioteca pode se tornar um espaço de trabalho remoto para profissionais? Quais condições precisaria para viabilizar a prestação desse serviço?

Ruiz (2021, p. 3, tradução nossa) afirma que: “Todos os seres vivos compartilham a vulnerabilidade, não como fraqueza, mas como aquela que, ao precisarmos uns dos outros, nos permite nos vincularmos, nos aliarmos e nos apoiarmos.” A pesquisadora destaca que essa vulnerabilidade ficou muito mais evidente com a crise social e de saúde oriunda da pandemia de COVID-19. Conforme defendido por Ruiz (2021), temos o potencial para criar redes de colaboração em pesquisa e no ambiente de trabalho, mas precisamos de recursos e infraestrutura adequada para tal. Esses recursos e a infraestrutura necessários podem ser obtidos com a formulação de políticas públicas específicas para a atividade no setor público. Contudo, é preciso primeiramente difundir entre bibliotecários, pesquisadores, gestores públicos e demais profissionais pertinentes à questão nas organizações públicas, a potencialidade da biblioteca educativa pública no propósito de gerar inovação a partir do trabalho remoto. Neste intento, se faz necessário elaborar uma agenda de pesquisa que fundamente uma agenda de trabalho, para que políticas de informação sejam assertivamente desenvolvidas, recursos sejam destinados, e o fomento seja efetivamente realizado nestes ambientes do setor público que carecem de inovação.

A definição de temas que poderiam dar início a essa agenda de pesquisa (Quadro 3) é um processo de construção coletiva, mas apresentamos alguns que podem atuar como temas/questões iniciais geradoras, que possibilitem a ampliação das questões e do debate. Para a questão que estamos refletindo nesse artigo, o nosso olhar tem que ser direcionado para os caminhos que possibilitam a transformação digital no mundo do trabalho, ao passo que contribuem para uma pesquisa de doutorado em andamento com foco no desenvolvimento de um modelo teórico-pragmático para políticas de informação em bibliotecas.

Quadro 3. Primeiros temas da agenda de pesquisa

TEMA	DESCRIÇÃO
1	Identidade organizacional de bibliotecas em institutos federais
2	Inovação, trabalho remoto e infraestrutura de bibliotecas educativas
3	Transformação digital e inovação em serviços informacionais por meio de projetos
4	Comunidades de aprendizagem e de prática em bibliotecas e grupos de pesquisa
5	Necessidade e experiência de usuário em redes virtuais de aprendizagem
6	Estratégias de marketing em mídias sociais para bibliotecas educativas
7	Políticas públicas de combate à pobreza de informação intergeracional

Fonte: Os autores (2022).

Os sete temas apontados acima não esgotam ou limitam a agenda de pesquisa que está a se constituir. São o ponto de partida para um trabalho de investigação baseado no método Ciência-Ação no contexto da Ciência da Informação, constituindo uma proposta inédita de intervenção no campo científico, trazendo contribuições teóricas para um campo científico que se alinha e se aproxima cada vez mais das práticas dos profissionais da informação e das necessidades das atuais e futuras gerações de usuários e produtores de informação em uma sociedade em rede.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados destacam a possibilidade de inovação por meio do trabalho remoto no serviço público federal. Estamos diante de uma oportunidade de inovar no setor público com um serviço promissor que pode vir a ser desempenhado pelas bibliotecas educativas públicas em institutos federais no Brasil: a infraestrutura adequada para espaços de trabalho remoto.

Observou-se, ainda, indissociabilidade entre agenda de trabalho e agenda de pesquisa, tanto quanto entre o desenvolvimento social e a transformação digital, deste século em diante, no tocante à essas bibliotecas educativas.

O estudo almeja contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas mais assertivas para este tipo de biblioteca, seu público e suas novas dinâmicas de trabalho que estão a se constituir. É possível que soluções para problemas reais enfrentados no cotidiano dos profissionais da informação sejam propostas a partir da agenda de pesquisa que vem sendo desenvolvida em âmbito interinstitucional. O profícuo caminho que a Ciência-Ação tem construído na Ciência da Informação no Brasil, com estudos que aproximam as teorias em uso no contexto profissional das teorias proclamadas pelo campo científico evidenciam as possibilidades de inovação que estão por vir.

O alinhamento de estudos sobre infraestrutura de bibliotecas educativas com o desenvolvimento das cidades inteligentes no contexto da economia criativa, do empreendedorismo e da transformação digital, há de revelar novas possibilidades e soluções no cerne do campo da Ciência da Informação para atender às demandas emergentes da sociedade em rede. Consiste, portanto, em temática promissora para que possamos começar a pensar na construção de uma Agenda Digital Brasileira a partir das contribuições deste campo científico.

Conclui-se que os caminhos para a transformação digital no mundo do trabalho podem se tornar ainda mais produtivos, inovadores, rentáveis e sustentáveis, quando se busca o investimento contínuo e adequado em infraestrutura e inovação de bibliotecas que cumprem função educativa e são de natureza pública, acompanhando o alto nível de relevância social dos institutos federais no contexto de inclusão a partir da educação profissional, científica e tecnológica no Brasil.

Faz-se necessário, ainda, investimento contínuo na formulação de políticas públicas, especialmente políticas de informação, que assegurem a atuação do bibliotecário como agente de inovação em institutos federais. Como próximo passo dos autores da presente investigação, considerado fruto da pesquisa, será comunicado um artigo científico sobre como a política de informação se correlaciona com a política de inovação nos institutos federais, abrangendo em sua discussão o modelo teórico-pragmático para o desenvolvimento de políticas de informação de Brandão (2022), e os desafios oriundos do cenário pós-pandemia a partir da Agenda Digital eLAC 2022 e as recentes ações ocorridas no Brasil que favorecem o desenvolvimento da Sociedade Digital.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. L. S. de; PERUCCHI, V.; FREIRE, G. H. de A. Ciência-Ação em Ciência da Informação: um método qualitativo em análise. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 25, p. 01-24, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e66993/41947>. Acesso em: 13 ago. 2021.

AZEVEDO, T. M. L. **Os arquitetos da família**: rituais familiares, coesão familiar e satisfação conjugal em casais portugueses. 2018. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em:

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/37110/1/ulfpie053197_tm.pdf. Acesso em: 13 ago.2021.

BRANDÃO, J. L. A. **Modelo teórico-pragmático para políticas de informação em bibliotecas**. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24924>. Acesso em 15 dez. 2022.

BRASIL, C. I. do. **Número de trabalhadores em home office diminui em novembro de 2020**. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3CeJM3Z>. Acesso em: 12 ago. 2021.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ENAP. **Escritora americana explica como a teoria do encantamento pode fortalecer lideranças**. 2021. Disponível: <https://bit.ly/3G7VE1A>. Acesso em: 13 ago. 2021.

FIGE, B. H. *et al.* A review of 50 years of research on naturally occurring family routines and rituals: Cause for celebration? **Journal of Family Psychology**, [S.l.], v. 16, n. 4, p. 381–390, 2002. Disponível em: <https://www.apa.org/pubs/journals/releases/fam-164381.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GABRIEL JÚNIOR, R. F.; SOUSA, A. T. de; SILVA, M. C. da. Inovação na Ciência da Informação: análise da produção científica na BRAPCI. **Revista Comunicação e Informação**, Goiânia, v. 23, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150006>. Acesso em 15 dez. 2022.

GÓES, G. S.; MARTINS, F. dos S.; NASCIMENTO, J. A. S. **O trabalho remoto e a pandemia: o que a PNAD Covid-19 nos mostrou**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3BMqk9p>. Acesso em: 11 ago. 2021.

HERRERA, L. Biblioteca Pública de São Francisco: elemento de ligação ao conhecimento e à educação. 2015. In: MORO, Eliane Lourdes da Silva *et al.* **Contextos formativos e operacionais das bibliotecas escolares e públicas brasileiras**. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

KELMAN, S. **Public libraries and government innovation**. 2021. Disponível em: <https://fcw.com/blogs/lectern/2021/08/kelman-innovation-libraries.aspx?m=1>. Acesso em: 09 ago. 2021.

MCCORMICK, L. **The radical potential of libraries**. 2021. Disponível em: <https://newurbanmechanics.medium.com/the-radical-potential-of-libraries-586cb0216351>. Acesso em: 09 ago. 2021.

MOYSES, M. F.; MONT'ALVÃO, C. R.; ZATTAR, M. A biblioteca pública como ambiente de aprendizagem: casos de marketspaces, learning commons e co-working. **Conhecimento em ação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/30981>. Acesso em: 12 ago. 2021.

PAULA, R. S. de L.; SILVA, E. da; WOIDA, L. M. A inovação nas bibliotecas universitárias em tempo de pandemia da região norte do Brasil. **RDBCI**, Campinas, SP, v. 18, p. 1-17,

2020. DOI: 10.20396/rdbci.v18i00.8661184. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8661184>. Acesso em: 6 set. 2021.

PORTAL G1. **Número de municípios com bibliotecas públicas cai quase 10% em quatro anos, diz IBGE.** 2019. Disponível em: <http://glo.bo/3jdNCi9>. Acesso em: 12 ago. 2021.

RUIZ, L. **¿Que és un laboratorio ciudadano? ¿por qué en bibliotecas y en otras instituciones en este momento?.** Madrid: Ministerio de Cultura y Esporte; Medialab Prado: 2021.

SILVEIRA, D. **Home office bateu recorde no Brasil em 2018, diz IBGE.** Disponível em: <http://glo.bo/3v4pO2P>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. SNBP. **Informações das bibliotecas públicas.** 2021. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

VON KROGH, G.; ICHIJO, K.; NONAKA, I. **Facilitando a criação de conhecimento: reinventando a empresa com o poder da inovação contínua.** Rio de Janeiro, Campus, 2001.